



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O objetivo é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS, SUPORTE TÉCNICO, ANÁLISE E FATURAMENTO DA PRODUÇÃO AMBULATORIAL para dar suporte à Secretaria Municipal de Saúde do município de Sumidouro.

Item	Descrição	UND	Quant. Total
01	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos de processamento de dados, suporte técnicos, análise e faturamento da produção ambulatorial e hospitalar, objetivando o suporte à Secretaria Municipal de Saúde de Sumidouro no âmbito do Sistema Único de Saúde.	MÊS	12

1.2. Serão considerados para fins de escolha do melhor preço os valores alcançados pelo Departamento de Compras, na ocasião da pesquisa de preços, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, os quais serão devidamente apurados pelo referido Departamento para fins de utilização como parâmetro para o futuro certame.

2- FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. A contratação visa garantir a correta e tempestiva **alimentação dos sistemas oficiais do SUS**, o processamento adequado da produção de serviços e a recuperação dos recursos financeiros devidos pela União e/ou Estado.
- 1.2. A complexidade da legislação, o volume de produção e a necessidade de expertise técnica especializada justificam a terceirização para maximizar o faturamento e minimizar as **glosas**.
- 1.3. Portarias como a GM/MS nº 1.884/2017, a Portaria de Consolidação nº 1/2017 (Anexo V – SCNES), a Portaria GM/MS nº 2.979/2019 (Previne Brasil), bem como normativas do DATASUS, reforçam a obrigatoriedade e a necessidade do correto uso desses sistemas.
- 1.4. A contratação de empresa especializada justifica-se pela complexidade técnica dos serviços, pela necessidade de atualização contínua e pelo risco de glosas financeiras em caso de inconsistências, garantindo assim segurança e eficiência à gestão municipal em saúde.

3- CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

- 3.1. A natureza do objeto a ser contratado é comum nos termos do inciso XIII, do art. 6º, da Lei 14.133, de 2021.
- 3.2. São considerados comuns, pois é possível sua definição e de seus padrões de desempenho e de qualidade objetivamente no ato convocatório, por meio de especificações usuais do mercado em que se inserem.

4- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 4.1 A solução proposta é a contratação de empresa especializada prestação de serviços técnicos de processamentos de dados, suporte técnicos, análise e faturamento da produção ambulatorial e hospitalar, respeitadas as necessidades da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá manter o serviço em pleno funcionamento para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Sumidouro.
- 4.2. O ciclo de vida do presente objeto deste Termo será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 05 (cinco) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.3. Realizar o processamento de dados em faturamentos dos SUS, bem como o processamento de dados mensal dos diversos Sistemas SUS.
- 4.4. Realizar o processamento de dados em geral para diversos atendimentos das demandas internas do Fundo Municipal de Saúde do Município de Sumidouro.



4.5. A presente aquisição enquadra-se como **solução simples**, sem a necessidade de se adquirir outro produto/serviço para completar sua funcionalidade.

5- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. A contratação será realizada por meio de dispensa de licitação, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço por item, nos termos do artigo 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021. Para o fornecimento do objeto pretendido os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar todos os documentos a título de habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021.

A contratada deverá:

5.2. Para o perfeito funcionamento das atividades da Secretaria Municipal de Sumidouro, a empresa ora contratada executará os diversos serviços, que abrangerão toda sua área de atuação e em especial os seguintes itens, a saber:

5.3. Executar os serviços em estrita observância a toda a **legislação vigente do Sistema Único de Saúde (SUS)**, incluindo as Portarias de Consolidação do Ministério da Saúde, Portarias específicas da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES/MS) e demais normativas da Gestão Estadual/Municipal de Saúde.

5.4. Executar atividades dos diversos sistemas, alimentando com informações:

5.5. Sistema/Documento – Detalhamento das Atividades (Faturamento):

5.5.1. SCNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde) - Manutenção e atualização de dados cadastrais (Serviços, Classificações, Habilitações, Equipamentos e Equipes) para garantir a elegibilidade para o faturamento.;

5.5.2. SIA-SUS, BPA (Boletim de Produção Ambulatorial) - Processamento, crítica e envio mensal da produção ambulatorial (consultas, exames e procedimentos). Garantir o correto envio dos arquivos **BPA-I** e **BPA-C** dentro do prazo estabelecido.;

5.5.3. SIHD (Sistema de Informação Hospitalar Descentralizado) e **AIH** (Autorização de Internação Hospitalar) - Processamento completo das AIHs (inclusive longa permanência, se houver). Inclui digitação, codificação (CID/SIGTAP), crítica, acompanhamento de auditoria e envio dos arquivos, visando a minimização de glosas.;

5.5.4. APAC/RAAS (Alta Complexidade e Registro das Ações) - Processamento, crítica e envio dos procedimentos de Alta Complexidade e/ou de periodicidade específica nos prazos e regras do sistema.;

5.5.5. CIHA (Comissão Intra-Hospitalar de Transplante) - Se aplicável, deverá realizar o suporte e processamento dos registros de transplantes e doações, conforme as regras do SNT (Sistema Nacional de Transplantes).;

5.5.6. FPO (Ficha de Programação Orçamentária) - Acompanhamento do teto financeiro e da programação orçamentária. Assegurar que o faturamento esteja dentro dos limites estabelecidos e que os procedimentos estejam corretamente vinculados à FPO..

5.5.7. Análise e Recurso de Glosas: Realizar a análise detalhada de todas as glosas aplicadas (ambulatoriais e hospitalares) e providenciar os **recursos de glosas** nos prazos previstos, anexando a documentação comprobatória necessária para a reversão.

5.5.8. Conferência Documental: Realizar a conferência cruzada entre os dados registrados nos prontuários/documentos de origem e os dados inseridos nos sistemas do SUS.

5.5.9. Capacitação: Manter sua equipe permanentemente atualizada e capacitada nas regras do **SIGTAP** e demais legislações que impactam o faturamento;

5.6. Dispor de ferramentas, equipamentos e softwares necessários para a execução dos serviços.



- 5.7. Alocar profissionais qualificados com formação tecnológica ou superior em área da computação e com comprovada experiência nos sistemas SUS citados.
- 5.8. Garantir a confidencialidade e o sigilo de todas as informações de saúde e financeiras processadas, disponibilizadas pela contratante.
- 5.9. Os serviços solicitados não poderão ser substituídos, sem a autorização prévia da Secretaria Municipal de Saúde, mesmo que sejam por serviços de qualidades equivalentes. Caso haja necessidade de substituição, a mesma deverá ser solicitada por escrito e com comprovação das devidas justificativas, para que possa ser analisada pela Secretaria Municipal de Saúde juntamente com a Procuradoria Municipal.
- 5.10. A Ordem de Serviço deverá conter a identificação da unidade requisitante, indicação expressa do número do processo e do empenho, identificação da Contratada, as especificações do objeto, quantidade, data, horário e endereço de execução do objeto.
- 5.11. A ordem de serviço será expedida por qualquer meio de comunicação que possibilite a comprovação do respectivo recebimento por parte da Contratada, inclusive correio eletrônico.
- 5.12. A eventual reprovação dos serviços, em qualquer fase de sua execução, não eximirá o Contratante da aplicação das multas a que está sujeita a contratada.
- 5.13. Correrão por conta da contratada todas as despesas, seguros, transporte, alimentação, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes dos objetos deste termo.
- 5.14. Considerando a grande demanda e a necessidade de manter o bom desempenho dos procedimentos técnicos ora contratados pela Secretaria Municipal de Saúde, necessita portando de profissional competente e qualificado para realizar atividades técnicas, de forma presencial, na sede da Secretaria Municipal de Saúde de Sumidouro, localizado na Rua 10 de Junho, nº 80 – Centro – Sumidouro/RJ, CEP: 28637-000, sendo de segunda a sexta, das 9h às 17h, mantendo-se à disposição da Secretaria Municipal de Saúde de Sumidouro, para a realização e orientação dos serviços ora contratados, bem como manter contato, através de contato telefônico, whatsapp, para retirada de dúvidas relacionadas ao cumprimento dos trabalhos a serem desenvolvidos;
- 5.15. A empresa será responsável por formar um centro de trabalho para funcionamento dentro das dependências da Secretaria Municipal de Saúde de Sumidouro, conforme necessidades da secretaria.
- 5.16. A Fiscalização dos serviços a serem executados será de competência e responsabilidade do Fiscal do Contrato, a quem caberá verificar se, no seu desenvolvimento, estão sendo cumprido os termos dos contratos, suas especificações e demais requisitos através de desempenho do objeto do contrato.
- 5.17. A contratada se obriga a assinar contrato com a Secretaria Municipal de Sumidouro, cumprindo todas as solicitações e as condições descritas neste termo de referência.
- 5.18. Os profissionais devem estar vinculados **como empregado, sócio, dirigente ou responsável técnico contratado** (CLT, contrato de prestação de serviços, ou vínculo societário), devidamente comprovado em carteira, contrato ou ata.
- 5.19. - Apresentar em tempo hábil a emissão de documentações exigidas conforme notas técnicas referentes ao evento em questão.
- 5.20. Cumprir os prazos de fechamento e envio dos lotes de faturamento, sob pena de multa contratual.
- 5.21. Atender às solicitações nos prazos estipulados.
- 5.22. Aceitar o controle/análise de qualidade dos materiais, realizada pelas Unidades Requisitantes.



5.23. Manter durante todo o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram a sua habilitação na licitação e contratação.

5.24. Não subcontratar ou transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação definida no Termo de Referência, sem o consentimento prévio da Administração.

5.25. Prestar os serviços descritos com rapidez e eficiência.

5.26. Cumprir o objeto do presente estritamente de acordo com as normas que regulamentam o objeto da contratação.

5.27. Encaminhar o relatório mensal da execução das atividades, bem como os documentos que a contratante julgar necessário para pagamento.

6. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

Forma de fornecimento

6.1. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, os seguintes:

- 6.1.1. Ordem de Serviço;
- 6.1.2. Ata de Reunião;
- 6.1.3. Ofício;
- 6.1.4. Sistema de abertura de chamados;
- 6.1.5. E-mails e Cartas; assessoriasaude@sumidouro.rj.gov.br;
- 6.1.6. Telefones; (22) 2060-3000.

6.2. O contratado deverá fornecer os serviços, sempre que solicitado, mediante o recebimento da Ordem de serviço, emitidas pelas Secretarias informadas no item 5 deste Termo de Referência.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;

6.6. Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus empregados;

6.7. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia e expressa anuência do Contratante.

6.8. Atender satisfatoriamente em consonância com as regras contratuais.

6.9. Executar os serviços conforme proposto pelo Contratante durante o prazo de vigência do contrato, sem qualquer ônus adicional para o Contratante.

6.10. Manter, durante toda a execução da Ordem de Serviço, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.11. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano ou prejuízo causado por empregados, representantes ou prepostos, direto ou indiretamente, durante os prazos de validade da garantia dos mesmos.

6.12. Atender com prioridade as solicitações do Contratante, para execução dos serviços;

6.13. Comunicar de imediato e por escrito qualquer tipo de irregularidade que possa ocorrer durante a vigência do contrato;

6.14. Utilizar pessoal próprio ou credenciado, responsabilizando-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução dos serviços;



- 6.15. Substituir, imediatamente, às suas expensas, todo e qualquer serviço julgado em desacordo com a especificação do Termo de Referência, em tempo hábil para sua utilização no dia programado.
- 6.16. A Contratada deverá observar detalhadamente a descrição de cada item, visto que existem normas a serem seguidas sob fiscalização tanto da Secretaria Municipal de Saúde como do Sistema Único de Saúde e áreas afins.
- 6.17. Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas.
- 6.18. A Contratada deverá dar total assistência à Secretaria Municipal de Saúde de Sumidouro, durante a vigência do processo (tanto por E-mail e/ou por Telefone).
- 6.29. Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela fiscalização da contratante.
- 6.20. Cientificar, imediatamente, à fiscalização da secretaria requisitante de qualquer ocorrência anormal que se verificar na execução dos serviços.
- 6.21. Corrigir, prontamente, quaisquer erros ou imperfeições dos trabalhos, atendendo assim, as reclamações, exigências ou observações feitas pela fiscalização da Secretaria Municipal de Saúde de Sumidouro.
- 6.22. Atender as medidas técnicas e administrativas determinadas pela fiscalização da Prefeitura Municipal de Sumidouro.
- 6.23. Deverá executar os serviços nos prazos e condições estabelecidos neste instrumento e a cumprir todas as normas técnicas inerentes ao serviço contratado.
- 6.24. Sempre que solicitado pelo contratante, provar que; encontra-se em dia com o recolhimento de tributos, contribuições e encargos, relativos a execução do contrato resultante desta licitação.
- 6.25. Descrever sua proposta obedecendo às especificações constantes deste Termo de Referência e seus anexos integrantes, bem como demais informações necessárias ao perfeito entendimento do conteúdo, sob pena de desclassificação da mesma, caso não o faça.

7. GESTÃO DO CONTRATO

- 7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).
- 7.2. Os responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato serão os servidores:
- 7.2.1. Fiscal técnico/contrato: Claudio Felipe da Rocha Corguinha, Mat: 25.07.5336
- 7.2.2. Gestor do Contrato: Leandro de Almeida Rodrigues, Mat: 20.07.4451
- 7.2.3. Os fiscais do contrato anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
- 7.2.4. Os fiscais do contrato informarão a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).
- 7.2.5. A fiscalização da execução dos serviços abrange todos os procedimentos constantes relativos às metas definidas no Termo de Referência ou Contrato, sob pena de glosa da respectiva fatura quando do não cumprimento.
- 7.3. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).
- 7.4. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).
- 7.5. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).



7.5.1 A inadiplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

7.6. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

7.7. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, 31º).

7.8. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

7.9. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.1.1. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.1.2. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.1.3. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 02 (dois) dias úteis.

8.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.2. Liquidação

8.2.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º [da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

8.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.2.3.1. o prazo de validade;
- 8.2.3.2. a data da emissão;
- 8.2.3.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.2.3.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.2.3.5. o valor a pagar; e



8.2.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

8.2.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.2.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.3. Prazo de pagamento

8.3.1. O pagamento será efetuado, nos termos do art. 7 da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

8.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária.

8.4. Forma de pagamento

8.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, inclusive a retenção que trata a IN 1234/2012 regulamentada pelo Decreto Municipal nº 4026/2024.

8.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.4.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. A contratação será realizada por meio de dispensa de licitação, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço por item, nos termos do artigo 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021. Para o fornecimento do objeto pretendido os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar todos os documentos a título de habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021.



Exigências de habilitação

9.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.8. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuições Estadual ou Municipal, conforme o caso, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;

9.10. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, através da apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, com abrangência das Contribuições Sociais previstas em lei, expedida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional em conjunto com a Secretaria da Receita Federal, comprovando a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida ativa da União, ou outra(s) equivalente(s), tal(ais) como certidão(ões) positiva(s) com efeito de negativa(s), na forma da lei;

9.11. Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS), expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda ou Distrito Federal, e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), na forma da lei, devidamente comprovadas documentalmente pela licitante;

9.12. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal (sede e domicílio da Licitante), através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS), expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal, comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), na forma da lei, devidamente comprovadas documentalmente pela licitante;

9.13. Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **FGTS**, expedida pela Caixa Econômica Federal - CEF;

9.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa (**CNDT**), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, incluída pela Lei nº 12.440 de 07/07/2011.

Qualificação Econômico-Financeira

9.15. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

Qualificação Técnica

9.16. Comprovante de o licitante possuir, na data prevista para a entrega da proposta, profissional tecnólogo ou de nível superior na área de computação, contratado ou registrado no quadro da firma, detentor de Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado por execução de serviço de características semelhantes ao do objeto da licitação. A comprovação se dará através da apresentação do referido contrato, do Livro de Registro de Empregados da empresa, juntamente com a CTPS do profissional, devidamente assinada ou Contrato Social;



9.17. A licitante deverá comprovar conforme o item 9.16 que a empresa ou funcionário dentro dos moldes de comprovação de vínculo tenha no mínimo de 03 (três) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes.

9.18. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

10. DAS GARANTIAS EXIGIDAS E OFERTADAS

10.1. Não se aplica.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado unitário e total da contratação será o constante da planilha orçamentária anexa a este documento.

11.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- I. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na [alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- II. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- III. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
- IV. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal.

12.2. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

Dotação orçamentária: 1801.10 122 0032 2.064 33903900000 150010020000

12.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Sumidouro, 22 de JANEIRO de 2026.

<p>_____ Fiscal de Contrato Claudio Felipe da Rocha Corguinha Matrícula: 25.07.5336</p>	<p>_____ Gestor do Contrato Leandro de Almeida Rodrigues Matrícula: 20.07.4451</p>
--	---

Autoridade Competente
<p>Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.</p> <p>_____ Fabiola da Silva Wernech Matrícula: 25.07.5292 Secretária Municipal de Saúde</p>